Acervo ISA

"EMANCIPAÇÃO" DO ÍNDIO

Querem é enquadrá-los. Por vadiagem

E, é claro, botar a mão em suas melhores terras

Nirlando Beirão

Até hoje, o que o índio brasileiro recebeu do branco foram espelhinhos reluzentes, *T-shirts*, relógios Seiko e doenças contagiosas. Será aquinhoado brevemente com mais uma benesse: o direito de ganhar a vida como marginal ou bóia-fria. Este é o legado que lhes quer deixar o ministro do Interior, Rangel Reis, a apenas alguns meses de passar o cargo. Antes disso, cuidará o ministro Reis de inscrever seu nome na posteridade como a autoridade que converteu esses 180 mil selvagens atavicamente indolentes e improdutivos em cidadãos nacionais plenos, emancipados, autônomos, indivíduos com acesso ao festim da expansão econômica. Ainda que, por razões de força maior, seja só para recolherem as migalhas.

O "pacote Rangel Reis", que vem sendo destilado em surdina nos laboratórios do poder, em Brasília, já se sabe, só terá rival à altura, em termos de popularidade, na Lei Falcão, que o ministro da Justiça contemplou à História como pérola de legislação político-eleitoral. Mas, que importa a repercussão, deve estar imaginando, a esta altura, de seu arejado gabinete no Planalto, o ministro do Interior, se vivemos num país onde a opinião pública há tempos não é levada em conta? Por que se inquietar se, mais cedo ou mais tarde, os derradeiros herdeiros das nações pré-colombianas irão fatalmente desaparecer?

Pouco antes de tomar posse, em 1974, Rangel Reis previu que o desfecho se daria em vinte anos, não mais do que isso. Na época, chegou-se a pensar que o ministro estava se lamentando. Hoje, sabe-se que ele apenas comemorava antecipadamente.

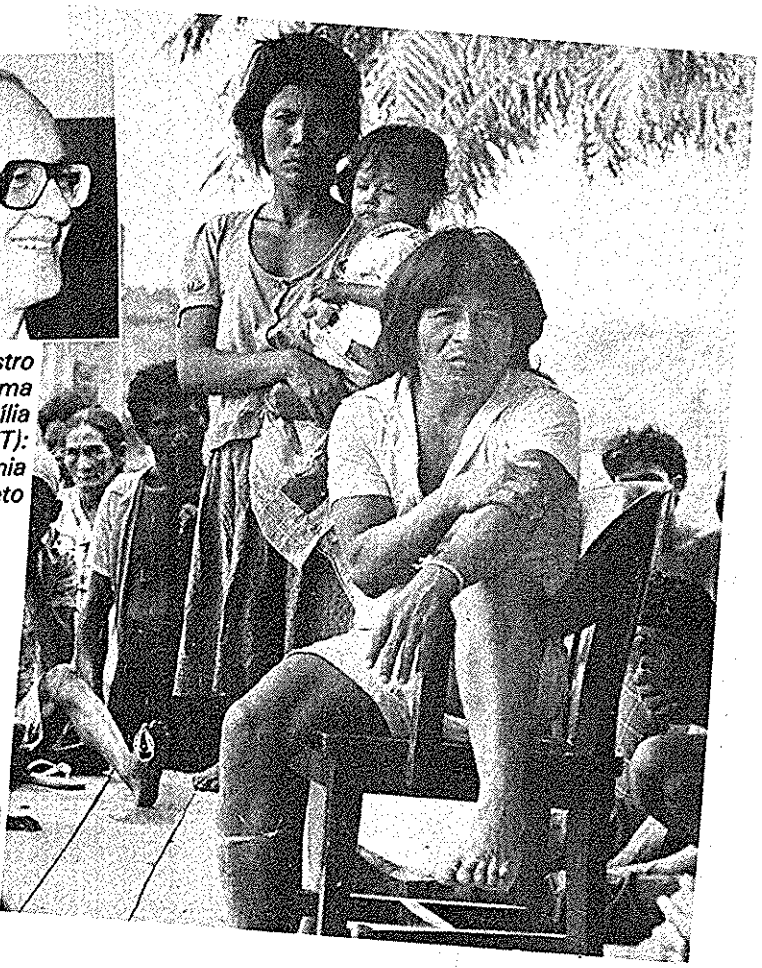
Toque lusitano. Rangel Reis tem feito, de fato, o que está dentro de suas possibilidades, para antecipar o desenlace. O golpe de misericórdia ainda estava para vir: com assessoria da, perdõem-nos, Fundação Nacional do Índio, do Ministério da Justiça e, acreditem, do Conselho de Segurança Nacional, o ministro preside, em Brasília, a uma intrincada alquimia que terminará por alterar o Estatuto do Índio, no capítulo que fala da emancipação.

Por ora, um índio só se torna cidadão brasileiro se assim o desejar; e desde que cumpra alguns requisitos: ter mais de 21 anos, saber falar um português razoável, conhecer os costumes nacionais etc. etc. Uma emancipação por decreto, como a que supostamente prepara o Ministério do Interior, traria algumas curiosas conseqüências para os futuros cidadãos da selva, como, quem sabe, obrigá-los a andar com sua carteira de identidade enfiada no cocar ou na tanga, mobilizá-los compulsoriamente para o serviço militar, obrigá-los a cumprir suas obrigações com a Receita Federal, e por aí afora. Nada mais de fazer a sesta ou a *couvade* (resguardo) quando nascem os filhos, índio já poderá até ser processado por vadiagem.

Em troca, o sublime benefício de participar da nacionalidade, além de uma ou outra recompensa teórica como o INPS e o direito ao voto. Como se vê, trata-se de uma troca desigual. Em compensação, o Brasil passa a orgulhar-se, no concerto das nações, de não possuir mais um problema indígena. Terá acabado com ele pela raiz. Nenhuma mácula do passado – seremos todos, na marra, civilizados.

(Existe um toque adoravelmente lusitano na atitude do ministro Rangel Reis. Sem ironia: trata-se de um precedente histórico. No final do século XV, pressionado pelos reis católicos de Espanha, Fernando de Castela e Isabel de Aragão, de quem queria desposar a filha, D. Manuel I, rei de Portugal, via-se obrigado a expulsar todos os infiéis da nação. Seria impossível, já que as finanças do Estado estavam nas mãos dos investidores judeus. D. Manuel não se apertou: assinou decreto determinando que, a partir daquela data, não havia mais judeus em Portugal. Estavam todos cristianizados, por força da lei. É claro que nem todos acataram a condição de *cristãos-novos;* teve-se de recorrer à

ALÉ



Delfim e Greta

Ministro Reis e uma família turunim (MT): cidadania por decreto

Acervo ISA

Índios armados e soldados, na reserva de Nonoai (RS), em maio deste ano: na reação dos índios, uma novidade e um exemplo

Fotos Luiz Abreu/Coojornal

Inquisição, mas, o que fazer, há sempre uma meia dúzia de rebeldes contestando as sábias decisões governamentais.)

SNI. Rangel Reis não parece ser, porém, tão venturoso quanto D. Manuel. Porque da cortina de segredo que envolvia as maquinações de gabinete filtraram-se algumas informações, raras, precárias, mas suficientes para, unidas à tradicional desconfiança em relação aos atos do Ministério do Interior, fazer levantar uma gritaria geral. O ministro teve de confessar que onde havia fumaça há fogo. E reconheceu que o Estatuto do Índio estava sendo retocado. Mais protestos, mais indignação.

Duas semanas atrás, instado a prestar contas à nação, mobilizada por atos públicos em Brasília, São Paulo, Rio, por abaixo-assinados, por moções de desagravo vindas do exterior, Rangel Reis capitulava, exibindo a exposição de motivos do decreto que, dia 30, pousou na mesa do presidente Geisel. Foi a primeira vez, no Brasil, ao que se saiba, que se publica a exposição de motivos e mantém-se o decreto em sigilo.

Esta é uma queixa básica: ninguém foi consultado. Ou pelo menos aqueles que, de certa forma, estão mais próximos e mais sensíveis ao problema do índio. Consultou-se o SNI, é verdade, mas não os antropólogos e sertanistas. Ouviram-se burocratas da Funai e do Ministério do Interior, não os padres do Conselho Missionário Indigenista ou das missões protestantes. Deu-se atenção aos argumentos de ordem econômica, mas esqueceu-se de perguntar o que os próprios índios pensam a respeito. Mas será que havia ilusão de que um regime autoritário ouviria as vítimas antes de decretar sua condenação? As lições do presente são claríssimas.

Braços fortes. A mobilização dos antropólogos e da opinião pública não poderia forçar o governo a abrir o jogo – e o debate? Dificilmente, a se julgar por atitudes precedentes. E talvez porque, no fundo, os tutores do modelo brasileiro, homens forjados na labuta de cifras e de gráficos de eficácia e liquidez, considerem os defensores da indiaiada meros quixotes românticos, inimigos do progresso, poetas abúlicos, iludidos com a quimera de que os índios serão preservados em santuários naturais, agrestes e deslumbrantes, enquanto a maré urbana se comprime nas metrópoles. É possível até que haja quem pensa que os antropólogos, ao defender os índios, estão defendendo meramente seu ganha-pão.

Senhores capazes de desenvolver tais raciocínios estarão, decerto, igualmente capacitados a desprezar todas as convenções assinadas pelo Brasil, em fóruns internacionais, reconhecendo o direito das sociedades indígenas à sobrevivência. A ONU já fez prevalecer algumas delas, condenando o extermínio de nações ou de culturas como genocídio e etnocídio.

Os princípios em nome dos quais se faz a política indigenista brasileira, porém, parecem dizer o oposto: nossos índios, pobres infelizes, são seres primitivos, que não conhecem a escrita e vivem promiscuamente, dedicando-se à reprodução e ao artesanato. É criminoso o Estado que não os recupera para a civilização, o relógio de ponto na fábrica, o rádio de pilha, a condução apinhada, a prestação atrasada, a TV a cores. Eles devem ser cidadãos de primeira classe, instruídos, bem-vestidos, asseados, se possível engravatados, paternalmente integrados às delícias da sociedade de consumo.

A nação carece de braços fortes, peitos varonis, de valorosos cruzados para a tarefa ingente da expansão para oeste, desbravando sertões, rasgando estradas, conduzindo o gado, num prodigioso *rush* que bate, em heroísmo e determinação, a conquista do faroeste pelo nosso indômito irmão do Norte. Os índios não podem fugir a esta epopéia de civismo. Quem sabe a ARP não ajuda, com um anúncio nestes termos, na TV?

Felicidade. Há quem suspeite que, se a retórica vazia e o falatório oficial forem deixados de lado, o que sobra são intenções bem palpáveis, como a de abandonar a responsabilidade de demarcação dos parques nacionais e das reservas indígenas. Trabalho que a Funai tinha prazo, até o fim do ano, para cumprir. E que jamais cumprirá. É claro que interessa aos vizinhos que continue assim, pois prosseguirão

Acervo ISA

abocanhando, lenta e gradualmente, as terras dos índios.

Os três parques nacionais – Aripuanã, em Rondônia, Xingu, no Mato Grosso, e Tumucumaque, em Roraima – já foram varados por rodovias federais, que trazem em sua esteira tropas de jagunços e colonos. Podem ser pequenos posseiros, banidos pelo latifúndio, mas não é raro as invasões serem patrocinadas por indivíduos de nome Daniel Ludwig ou Volkswagen do Brasil S.A.

Mais: a "emancipação" seria a porta aberta para que os índios passassem a agir individualmente, como ensinam os preceitos civilizados, e não mais coletivamente, como mandam seus costumes. Fatalmente, as suas terras seriam fragmentadas, vendidas, negociadas – e as tribos, desmembradas, sem terra, sem nada. Que índio deixaria de passar à frente seu roçado de mandioca pela sedução de algumas moedas? As relações comerciais entre branco e índio voltariam a ser tão simples como foram, no passado: muito ouro por um punhado de bugigangas.

O ministro Rangel Reis, que detém, por ofício, a responsabilidade de proteger os índios (via Funai) e, ao mesmo tempo, as multinacionais que aplicam na Amazônia (via Sudam) ou no Centro-Oeste (via Sudeco), evidentemente sabe que política é, no máximo, uma arte, jamais uma moral. Portanto, por que se preocupar se os nativos vierem a perder suas terras como tudo leva a crer, num futuro não muito remoto? Não será melhor para o país, talvez, passá-las realmente para as mãos de administradores mais tarimbados?

Caçador guajajara (Maranhão): agora, carteira de identidade, CIC, reservista etc

Delfim e Greta

Índio, desde Pedro Álvares Cabral, continua sem entender de dinheiro ou de produtividade ou das leis do mercado. Apenas gosta de plantar milho, caçar, pescar, catar piolhos – e, se possível, de ser feliz. Esta é uma aspiração absolutamente contrária aos objetivos nacionais permanentes.

E os dóceis índios, o que farão? Continuarão dormitando em suas redes ou reagirão? Os kaingangs de Nonoai (RS), por exemplo, deram uma lição, em maio, expulsando de seu território os colonos brancos, ali alojados com a complacência da Funai. Hoje em dia, em tudo o que se fala ou discute sobre o índio, o episódio Nonoai passou a significar um marco, uma referência – o início da reação do índio, após anos, séculos, de acatamento e de submissão. Outros índios o imitarão?